

# TJMG retoma mutirão para acelerar indenizações do ‘Dano Água’ após tragédia do Fundão



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) retomou, na quarta-feira (21), o mutirão de conciliação voltado à análise de ações judiciais relacionadas ao chamado “Dano Água”, decorrente do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, ocorrido em novembro de 2015. A iniciativa é conduzida pela 3ª Vice-Presidência do TJMG, em parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) da Comarca de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce.

O objetivo do mutirão é reduzir o volume de processos por meio da autocomposição, garantindo respostas mais rápidas às vítimas que tiveram o fornecimento de água interrompido após a contaminação do rio Doce. As audiências estão sendo realizadas na sede da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Governador Valadares (OAB-MG).

A experiência obteve resultados expressivos em 2025, quando foram realizados 35 mutirões entre fevereiro e dezembro. Na ocasião, dos 12.198 processos analisados, 9.449 terminaram em acordo, o que representou um índice de sucesso de 66,34%. As indenizações firmadas somaram mais de R\$ 123 milhões, destinados a moradores de dez municípios da região.

Desde a tragédia ambiental, mais de 87 mil ações foram ajuizadas no Judiciário mineiro. Após intervenções do Supremo Tribunal Federal (STF), o número foi reduzido para cerca de 34 mil processos, sendo grande parte concentrada na Comarca de Governador Valadares.

As indenizações por “Dano Água” foram fixadas pelo STF no valor de R\$ 13.018 por pessoa, dentro do acordo firmado entre as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton — controladoras da Samarco Mineração — e diversos órgãos públicos, incluindo a União, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas. O pacto homologado prevê a destinação de R\$ 132 bilhões para ações de reparação e compensação.

Para o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG, José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, o desempenho do mutirão reforça a importância da iniciativa. “Conseguimos concentrar todos os processos de ‘Dano Água’ da região em um único esforço. O índice de acordos foi muito positivo e nos motiva a dar continuidade, pois o Judiciário precisa oferecer uma resposta efetiva às vítimas que ficaram sem abastecimento”, afirmou.

A juíza auxiliar da Presidência do TJMG e coordenadora do Núcleo de Cooperação Judiciária, Marcela Maria Pereira Amaral Novais, destacou que o mutirão tem caráter contínuo. “É um trabalho permanente, que envolve diversas instituições, com o objetivo de esgotar todas as possibilidades de autocomposição e reduzir o passivo judicial”, explicou.

O sucesso da iniciativa também chamou a atenção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de outros tribunais do país. O modelo será novamente apresentado pelo TJMG durante a II Semana da

Pauta Verde, prevista para junho. Já nesta quinta-feira (22), o CNJ promove uma reunião virtual para alinhar os detalhes do evento, com participação de representantes da Corte mineira.

A expectativa do TJMG é manter o alto índice de acordos e avançar na solução dos milhares de processos ainda em tramitação, garantindo celeridade, segurança jurídica e reparação às populações atingidas pela tragédia do Fundão.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/7677/tjmg-retoma-mutirao-para-acelerar-indenizacoes-do-dano-agua-apos-tragedia-do-fundao-em-21/06/2026-19:27>